

## Destaque Educação

# Estamos na cauda da Europa



A OCDE colocou Portugal entre os países onde os adultos têm mais dificuldade na compreensão de textos e na elaboração de cálculos básicos. O PÚBLICO pediu a cinco especialistas que apontem soluções

**P**erceber uma taxa ou um rácio? Ler e compreender um texto longo e com muita informação? Estas são competências que mais de 40% dos portugueses entre os 15 e os 65 anos não têm. O *Inquérito às Competências dos Adultos*, da OCDE, publicado a 10 de Dezembro, é uma má notícia para Portugal e surpreendeu pela negativa. Naquela que foi uma estreia nesta grande avaliação a mais de 30 países, Portugal está no fim da tabela — pior só o Chile. E, na Europa, os portugueses são os que têm mais dificuldades.

Alguns números-chave deste inquérito: na literacia, 42% dos adultos portugueses obtiveram pontuação no nível 1 ou abaixo (a média da OCDE é de 26%). Em numeracia, 40% conseguiram apenas resultados iguais ou inferiores ao nível 1 de proficiência (média da OCDE de 25%). Significa que mais de quatro em dez portugueses apenas entendem “frases curtas e simples”, ou que revelam dificuldades em tarefas com números “que exijam várias etapas”.

Por isso, lançamos o debate: é preciso um plano urgente? O que fazer? Fizemos a mesma pergunta a um grupo de especialistas em educação, alguns dos quais ex-ministros.

## Pedro Freitas Reforçar a avaliação externa e a requalificação profissional

A OCDE organiza dois grandes testes internacionais de competências: o PISA e o PIAAC. O PISA é direcionado a alunos de 15 anos, enquanto o PIAAC avalia adultos entre 16 e 65

anos. Em 2022, Portugal participou pela primeira vez no PIAAC, embora já participe no PISA desde o seu lançamento, em 2000.

Era previsível que, comparativamente, os resultados de Portugal no PIAAC fossem inferiores aos do PISA, devido ao impacto da baixa escolarização da população adulta portuguesa. Ao desagregar os dados por idade, verifica-se que no teste de literacia a diferença entre os resultados portugueses e a média da OCDE é de cerca de dez pontos para os inquiridos entre 16 e 24 anos. No entanto, para a faixa etária entre 55 e 65 anos, essa diferença triplica, alcançando os 30 pontos.

A combinação dos resultados do PISA e do PIAAC gera um aparente paradoxo. Em primeiro lugar, é inegável que houve uma grande evolução nas aprendizagens dos alunos desde 2000. Nesse ano, Portugal obteve dos piores resultados entre os países participantes no PISA, mas desde então realizou uma convergência sustentada para a média da OCDE. Contudo, como se explica que os adultos portugueses apresentem níveis tão baixos de competências?

Alguns fatores ajudam a compreender essa discrepância:

**1.** Apesar do progresso inicial, os resultados no PISA estagnaram nos últimos anos. Tal estagnação corresponde a um período histórico marcado pela extensão da escolaridade obrigatória até os 18 anos e a redução acentuada do abandono escolar. Estes dois factos são em si positivos, contudo, essas alterações trouxeram desafios adicionais: as salas de aula tornaram-se mais diversificadas e temos hoje alunos mais diferenciados e com necessidades maiores até mais

tarde no sistema. Tal exige uma rede de apoio mais ampla, que vá além do trabalho dos professores em sala de aula, e nesse aspecto fizemos uma evolução menor do que aquela que a realidade exigia.

**2.** É essencial alterar o sistema de avaliação externa, para que possamos monitorizar e comparar os resultados entre escolas de forma mais informativa e rigorosa. A recente reforma do sistema de avaliação externa é um passo na direção certa.

**3.** Atualmente, cerca de 40% dos alunos do ensino secundário seguem vias profissionais, especializando-se entre o 10.º e o 12.º ano num conjunto específico de competências. Tal é positivo, no entanto, é crucial garantir que esses trabalhadores, particularmente vulneráveis às mudanças tecnológicas e à depreciação das suas competências, possam atualizar-se de forma regular ao longo da sua vida profissional. Essa atualização deve ser mais acessível, tanto nos centros de formação como na rede de técnicos.

*Investigador na Blavatnik School of Government, Universidade de Oxford, e membro do Centro de Economia da Educação da Nova SBE*

## Maria de Lurdes Rodrigues Aprendizagens mais efetivas e empregos mais qualificados

Mais do que um plano, parece-me urgente analisar e refletir sobre os resultados do *Inquérito às Competências dos Adultos* de 2023, e retirar lições para uma ação política efetiva,

sem hesitações, sem avanços e recuos nas políticas de educação e formação.

Aprendizagens mais efetivas: o atraso histórico com que partimos para o acesso de todos à escolaridade básica e secundária não explica tudo. O défice de competências dos mais jovens e dos adultos mais qualificados revela dificuldades na efetivação das aprendizagens, tanto no ensino básico e secundário como no superior. Não chega garantir o acesso à educação e ao ensino, são necessárias medidas para garantir o sucesso em todos os níveis de escolaridade.

Formação ao longo da vida: os resultados revelam que a aprendizagem ao longo da vida, a participação em programas de formação e as escolaridades mais longas melhoram significativamente a *performance* dos adultos na mobilização do conhecimento para a resolução de problemas. Apesar de os resultados globais serem desanimadores, o único caminho que se oferece para os superar é insistir, não desistir do esforço de continuar a melhorar a qualidade da educação e do ensino.

Qualificação dos empregos: este inquérito, como outros anteriores, mostra que os adultos desaprendem quando os empregos são desqualificados, reduzidos a rotinas pouco exigentes. Empregos desqualificados levam à perda de competências. Precisamos de qualificar as pessoas, mas também de modernizar a economia para tirar partido das suas qualificações.

Estes resultados interpelam todos os que trabalham em educação e ensino. O que há a fazer, para melhorar as competências dos adultos e a produtividade do país, é seguramen-

# em literacia. O que fazer?



NUNO FERREIRA SANTOS



NELSON GARRIDO

te continuar o esforço e o investimento em educação e formação dos jovens e dos adultos. Só isso nos preparará para enfrentar os desafios das mudanças sociais, económicas e tecnológicas.

*Reitora do Iscte-IUL  
e ex-ministra da Educação*

## Isabel Flores Cumprir a lei: estimular o cérebro dos adultos

A vida dos adultos é aborrecida. Dividimos o nosso tempo entre a gestão familiar e um emprego que obriga a pouco esforço intelectual, estritamente necessário para ganhar a vida, acabando por permanecer no mesmo posto de trabalho, a exercer funções sem entusiasmo, inovação ou qualquer tipo de raciocínio avançado.

Assim como o corpo enfraquece sem exercício, o cérebro mirra sem estímulo. Em Portugal temos um tempo para aprender e outro para trabalhar, desconsiderando a formação ao longo da vida. Desobedece-se, sem consequências, à legislação (Lei n.º 93/2019), que obriga as empresas a oferecer formação contínua de 40 horas por ano aos seus trabalhadores. Estes momentos para estimular o pensamento não acontecem para a maioria das pessoas: uns não querem pagar, os outros não querem regressar aos bancos da escola. A fiscalização é frouxa e a malha é larga, apenas 19% das empresas declaram ter programas de formação e os adultos que mais se formam são quadros dirigentes e profissionais ligados à investigação e desenvolvimento, ambos bastante qualificados e com profissões

intelectualmente desafiantes.

A solução mais imediata é garantir o cumprimento da lei, priorizando a formação ao longo da vida de forma efetiva. As empresas têm de cumprir com as suas responsabilidades e o Estado deve favorecer o envolvimento das autarquias locais, das estruturas nacionais de formação e da rede de escolas públicas contribuindo para a criação de programas atrativos, ajustados e desafiantes para todos os adultos. A urgência passa por aguçar o gosto pelo conhecimento para que a vida dos adultos possa ser menos enfadonha e mais habitada.

*Investigadora em Educação,  
CIES-Iscte*

## Nuno Crato Que o futuro seja diferente!

A última avaliação internacional de conhecimentos e capacidades em que Portugal participou abrangeu portugueses entre 16 e 65 anos (PIAAC). E os resultados são alarmantes. Como alarmantes foram, ainda este mês, os resultados dos alunos portugueses a matemática e ciências no 4.º ano de escolaridade (TIMSS). Como alarmantes foram, há um ano, os resultados dos alunos portugueses de 15 anos em matemática, leitura e ciências (PISA). Como alarmantes têm sido os resultados de todos os inquéritos internacionais desde 2016 até agora.

Não há dados históricos sobre o inquérito que abrange os adultos. É uma fotografia, e uma fotografia na qual não ficamos bem. Mas há dados históricos noutros inquéritos: os dos alunos de 4.º ano e dos alunos de 15

**Maria de Lurdes Rodrigues, Isabel Flores, Nuno Crato e Joaquim Azevedo apontam caminhos possíveis para sair da encruzilhada em que o país se encontra na formação de adultos**



**É essencial alterar o sistema de avaliação externa, para que possamos comparar os resultados entre escolas de forma mais informativa e rigorosa**

**Pedro Freitas**  
Professor e investigador



anos. Esses são dados dinâmicos, nos quais avançámos muito entre 2000 e 2015, e nos quais temos vindo, desde 2016, a retroceder. E isso é ainda mais preocupante.

Sejamos claros. Há muito a fazer pela educação dos adultos. E muito deve ser feito. Tudo o que puder levar a progressos reais, verificáveis, mensuráveis, deve ser feito.

Mas adultos são adultos – muitos têm empregos a tempo inteiro, continua a ser importante apoiá-los na sua formação. E jovens são jovens. Estes estão na escola cinco dias por semana, de manhã e de tarde, durante pelo menos 12 anos. Se falharmos na tarefa da sua educação, aliás, se continuarmos a falhar nessa tarefa, daqui a algumas décadas os jovens de hoje, adultos do futuro, não estarão melhores nos novos inquéritos internacionais.

Nada faremos pelo futuro se não educarmos bem os jovens de hoje.  
*Ex-ministro da Educação*

## Joaquim Azevedo Criar Casas de Aprender capazes de ir ao encontro dos cidadãos

É preciso construir políticas estruturais de educação ao longo da vida (ELV), como se fez para a educação escolar inicial (criar um incentivo político).

Ter uma rede de centros para a ELV com portas (mais ou menos) abertas à espera dos clientes não resultou, não resultará, nem irá resultar. A ELV tem de ir ter com os cidadãos, incluindo os pouco escolarizados, dialogar com eles, com o apoio de educadores sociais e de outros técnicos mediadores, em ordem a

coconstruírem oportunidades muito abertas, vastas e flexíveis de ELV (como se fez, com sucesso, no projeto TCA – Trofa Comunidade de Aprendentes, 2004-2011).

Tudo tem de ser feito numa lógica de proximidade e hospitalidade, que garanta a acessibilidade de todos, em cada comunidade, com muita flexibilidade e criatividade, no quadro do que chamamos “regulação sociocomunitária da educação”. Impossível? Claro que não. Basta ver como se criou e desenvolveu a rede das “universidades seniores” para antever o que pode suceder.

Em 2002, sugeri que se criasse uma rede local de “Casas de Aprender”. Infraestruturas é o que mais temos, falta-nos um incentivo político claro e negociado, como se fez há 35 anos com o ensino profissional; nada de novo debaixo do sol.

Defendi neste “manifesto” que as Casas de Aprender seriam espaços públicos abertos a todos os portugueses, porque é sempre possível aprender, qualquer que seja o nível escolar ou social do aprendiz, desde que o ambiente seja estimulante para a aprendizagem. As Casas de Aprender vão ter com os cidadãos, sobretudo com aqueles que não sabem nem podem ir ter com as Casas de Aprender, criam relação, reconhecem e valorizam as pessoas e os seus percursos e sonhos, sugerem e orientam, criam laços e abrem horizontes, com respostas ali mesmo, em cada comunidade. Promovem a coesão social, ativam a cidadania e fortalecem a liberdade.

*Professor catedrático e investigador na área da educação – Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto*

ID: 114852465

29-12-2024

**Peritos respondem**

**Estamos na  
cauda da OCDE  
em literacia.  
O que fazer?**

Destaque, 2/3 e Editorial